

## **Educação e desigualdades: o analfabetismo como reforço à iniquidade e exclusão**

### **Education and inequalities: illiteracy as reinforcement to inequity and exclusion**

*Mariele Gabrielli* é Mestranda em Educação na Universidade de Caxias do Sul (UCS), especialista em Psicopedagogia (UCS) e graduada em Licenciatura Plena em Letras (UCS).

Contato: mariele.g@hotmail.com

#### **Resumo**

O foco deste estudo são as interrelações entre educação, desigualdade e desenvolvimento, a fim de discutir o analfabetismo no Brasil como um reforço às desigualdades e ferramenta de exclusão. Para efetivar o estudo buscou-se apoio teórico em Moll (1997), Haddad (2013) e Arretche (2015) e em dados estatísticos sobre o analfabetismo no Brasil. A partir da reflexão teórica proposta constata-se que o analfabetismo ainda é a maior das iniquidades sociais e determinante de muitas formas de exclusão. Contornar o problema e minimizar seus efeitos depende de políticas governamentais e de atitudes voluntárias e práticas solidárias de acolhimento e compreensão do outro.

Palavras-chave: Educação. Desigualdades. Analfabetismo.

#### **Abstract**

The focus of this study is the interrelationship between education, inequality and development, in order to discuss illiteracy in Brazil as a reinforcement to inequalities and an exclusion mechanism. To conduct the study, we seek for theoretical framework in Moll (1997), Haddad (2013) and Arretche (2015), and in statistical data on illiteracy in Brazil. From the proposed theoretical reflection it is possible to verify that illiteracy is still the greatest of all social inequities,



determining many forms of exclusion. The resolution of this question and the reduction of its effects depends on government policies, voluntary attitudes and solidarity practices of acceptance and understanding of each other.

Key words: Education. Inequalities. Illiteracy.

## 1. Introdução

Este texto tem o propósito de tratar das interrelações entre educação, desigualdade e desenvolvimento e, no cruzamento desses conceitos, propor uma discussão sobre a persistência do elevado contingente de analfabetos no Brasil, visto como a maior das iniquidades e determinante de muitas formas de exclusão na atualidade.

O estudo organiza-se em dois eixos. O primeiro dedicou-se a apresentar e discutir os conceitos de *educação*, *desigualdade* e *desenvolvimento* para, no segundo momento, por meio da análise de dados estatísticos e da trajetória do *analfabetismo* no Brasil, fomentar o debate sobre a necessidade de políticas públicas que possibilitem a superação das desigualdades e da exclusão causadas pelo não domínio das habilidades de leitura e escrita.

Enfatizam-se ideias e conceitos de autores como Sergio Haddad (2013), que discute a interface *educação* e *desenvolvimento*, Marta Arretche (2015), que trata do tema das *desigualdades*, pesquisas e números de recenseamentos em âmbito nacional, e os estudos de Jaqueline Moll (1997), que sustentam a discussão sobre o *analfabetismo* no contexto de desigualdades do Brasil.

## 2. Educação, desigualdade e desenvolvimento

Sergio Haddad (2013) propõe uma reflexão sobre os termos *educação* e *desenvolvimento*. Conceitua educação como um direito humano, que por sua formação geral propicia condições melhores para a vida e para a participação política e social, além de ser um fator de formação de profissionais qualificados e uma resposta possível ao direito de um trabalho digno por todas as pessoas. Por desenvolvimento, o autor caracteriza-o não só como crescimento econômico, mas também aborda sua dimensão humana, social e ambiental, como exercício da cidadania e valorização do potencial sociocultural da população.

No cruzamento desses conceitos, emerge a questão da *desigualdade*, herança histórica de nosso passado que ainda se



faz muito presente no contexto brasileiro. Para o autor em estudo, a educação não pode ser um fator que reafirme e reproduza a desigualdade; ao contrário, é sua função ser elemento efetivo de promoção humana e de justiça social (HADDAD, 2013, p. 9).

A dimensão sistêmica do processo educativo em todos os níveis e modalidades, por intermédio da universalidade e da indivisibilidade de suas dimensões formativas, é o fundamento da educação como direito humano, ferramenta de combate à desigualdade e mola propulsora para o desenvolvimento.

Para tratar da educação como um direito humano, Haddad alerta ser necessário “dissociá-la da lógica reducionista da economia e de sua racionalidade, que a vê apenas voltada para a lógica da produção e do consumo, crescimento econômico e emprego, competição e individualismo” (HADDAD, 2014, p. 34).

A educação de qualidade, concebida como direito do cidadão, não apenas para o desenvolvimento das habilidades necessárias para o mercado de trabalho, mas construída sobre os ideais de cooperação e solidariedade mútua, só será conquistada plenamente quando associada aos demais direitos, de moradia, saúde pública, transporte e segurança.

Marta Arretche (2015), em suas reflexões, obtém uma interpretação abrangente da trajetória das desigualdades no Brasil e observa que as avaliações sobre a desigualdade têm se concentrado excessivamente na dimensão da renda. Para sustentar seus argumentos, a autora adota estratégias de investigação que desagregam diferentes dimensões da desigualdade, observando sua trajetória a longo prazo. Nesse sentido, ela afirma que “a desigualdade não se resume à renda” (ARRETCHÉ, 2015, p. 427).

Quando da discussão sobre desigualdades de renda e desigualdade educacionais, Marta Arretche considera que a política educacional influencia a renda presente e a renda futura das famílias, primeiro porque a renda real é afetada pelo montante do orçamento familiar destinado à educação e, segundo, porque determina as desigualdades de oportunidades educacionais, isto é, a extensão em que a escolaridade é dependente da origem social dos indivíduos.

Arretche (2015, p. 443) reforça também que a escassez de força de trabalho qualificada e escolarizada contribuiu decisivamente para que o Brasil tenha tão elevadas taxas de desigualdade de



renda em sua história, causada pela tardia massificação do acesso aos níveis básicos de ensino. Em suas conclusões, argumenta ainda que a queda das desigualdades no Brasil não foi “resultado de nenhum fator isolado, mas da combinação no tempo do efeito de diferentes políticas orientadas a públicos diferentes” (ARRETCHE, 2015, p. 455).

No que concerne a estudos e pesquisas sobre as relações entre *educação, desigualdade e desenvolvimento*, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social<sup>1</sup> (CDES), órgão de caráter consultivo da Presidência da República, apresenta o quinto parecer sobre a situação de desigualdades na escolarização brasileira, subsidiado pelas informações e análises formuladas pelo Comitê Técnico do Observatório da Equidade no Relatório de Observação nº 5 (2014).

Além da atualização dos indicadores construídos a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do EducaCenso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e de outras fontes oficiais, o relatório revela avanços e identifica problemas recorrentes no que diz respeito aos níveis de desigualdade no país, no que tange aos processos educativos.

O quinto parecer sobre a situação das desigualdades na escolarização brasileira, apresentado em 2014 pelo CDES, considera que a distribuição desigual da educação é um “importante entrave ao desenvolvimento sustentado e à promoção da equidade” (CDES, 2014, p. 11).

O combate às desigualdades é objetivo central da estratégia de desenvolvimento construída pelo CDES. Sobre a articulação dos conceitos *educação, desenvolvimento e desigualdade*, o documento reitera que a educação é um direito humano e deve constar sempre como prioridade estratégica para o desenvolvimento do Brasil e destaca, já na introdução, o desafio das políticas públicas educacionais do país.

A educação é estruturante do desenvolvimento, pela capacidade de articular políticas públicas pró-equidade, como saúde, cultura, esportes; de potencializar condições de acesso aos direitos, promovendo a cidadania e o desenvolvimento produtivo; de viabilizar a construção cultural para um novo padrão de consumo e convivência na sociedade; e de liberar os potenciais de criatividade e inovação para a produção sustentável de bens e serviços (CDES, 2014, p. 17).

1. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) foi criado em 2003 pela Presidência da República com a competência de assessorar a formulação de políticas públicas e diretrizes específicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, com vistas à articulação das relações de governo com representantes da sociedade no que diz respeito às desigualdades no Brasil. O Observatório da Equidade é uma estrutura do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) que tem por finalidade aportar instrumentos ao Conselho e à sociedade brasileira para acompanhar o enfrentamento do problema das desigualdades no país e apoiar a formulação de políticas públicas e ações sociais que promovam maior equidade no acesso aos direitos de cidadania. Informação disponível online em: <http://www.cdes.gov.br/>.



Na sequência do documento, para evidenciar a complexidade do desafio de pensar a educação no Brasil, estabelecem-se como objetivos a garantia do direito de acesso à escola e a permanência e o sucesso de todos em um sistema educacional de qualidade, por meio da solução do problema do analfabetismo, formando cidadãos letrados e informados. Esse último tópico será ampliado na discussão a seguir, trazendo para a reflexão dados estatísticos, referenciais teóricos e argumentos para sustentar o pressuposto de que o analfabetismo é a maior das iniquidades e determinante de muitas formas de exclusão social.

### 3. Analfabetismo: reforço às desigualdades e exclusão

Historicamente o processo de educação escolar no Brasil está marcado pela exclusão das camadas populares da sociedade. Uma rápida retrospectiva histórica feita por Jaqueline Moll (1997) mostra que a lecto-escrita nos séculos XVI, XVII, XVIII e parte do século XIX foi monopólio exclusivo dos jesuítas e da aristocracia masculina. Havia nesse período, também, um processo de sobreposição cultural, da cultura europeia, branca, cristã e alfabetizada sobre a cultura nativa, índia, politeísta e analfabeta.

A estrutura social brasileira, do descobrimento à proclamação da República, não privilegiou uma educação escolarizada, excluindo o negro, o índio e quase a totalidade das mulheres, gerando inevitavelmente um grande contingente de analfabetos.

Moll (1997, p. 20) afirma que o acesso ao saber escrito se manteve como privilégio de poucos, pois o advento do século XX não trouxe consigo avanços significativos na área educacional. Assim, o desenvolvimento urbano e industrial no Brasil, próprio do avanço das relações capitalistas de produção, veio a encontrar no analfabetismo um entrave à necessidade emergente de cidadãos que dominassem a língua escrita para maior integração social e inserção profissional.

Como evidenciam os estudos da autora, a distribuição do saber escrito no Brasil é marcada pela exclusão das camadas populares *do processo escolar e no processo escolar*.

O acesso à língua escrita como bem cultural produzido pela humanidade está vinculado ao acesso a bens econômicos e sociais mais amplos. O analfabetismo, então, não é um fato natural, pois está distribuído desigualmente entre as classes sociais. Tal situação é agravada pela mediação feita pela instituição de ensino (MOLL, 1997, p. 31).



No que tange ao analfabetismo, tema para debate neste artigo, as informações e análises formuladas pelo Comitê Técnico do Observatório da Equidade no Relatório de Observação nº5, de 2014, ilustram que a persistência do analfabetismo, que foi reduzido de 11,1% da população, em 2005, para 8,7%, em 2012, ainda permanece em um patamar elevado e com distribuição desigual. Tal quadro aponta para problemas nas ações de combate ao analfabetismo, no acesso, na qualidade dos cursos, na integração com o Ensino Fundamental e com outras modalidades de ensino e, principalmente, para a lentidão no enfrentamento desse problema (CDES, 2014, p. 35).

Além desses dados, o documento afirma que, para avançar na melhoria do sistema educacional brasileiro, destacam-se, entre outros 12 desafios, ações de combate ao analfabetismo, como é expresso no item 5:

Priorizar, fortalecer e, sobretudo, monitorar a efetividade das ações para reduzir o analfabetismo absoluto e funcional de jovens e adultos, uma das maiores iniquidades que marcam o nosso País, recolocando-as na pauta das políticas públicas (CDES, 2014, p. 14).

O analfabetismo, considerado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) como a maior das iniquidades e determinante de muitas formas de exclusão, segue como pauta de políticas públicas de superação da desigualdade, mantendo relações com a área da Educação e tema relevante no contexto atual do país.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fornece anualmente dados estatísticos de abrangência nacional que visam produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país e permitir a investigação contínua de referentes sobre trabalho e rendimento.

A PNAD de 2014, divulgada em 13 de novembro de 2015 pelo IBGE, indica que o Brasil ainda tem 8,3% de cidadãos que não leem nem escrevem, o que faz com que não se tenha atingido a meta da ONU, que estabelecia que o país chegasse a 2015 com 93,5% da população alfabetizada, ou 6,5% de pessoas iletradas, segundo pesquisadores da área.

A Pnad, que reúne os principais indicadores socioeconômicos do país, mostra que em 2014 o número de analfabetos no Brasil era de 13,2 milhões. Apesar de também ter experimentado uma



queda no número de pessoas iletradas em relação ao ano anterior, o Nordeste continuou a ser a região em pior situação: em 2013 detinha 16,9% dos analfabetos brasileiros, percentual que foi para 16,6% ano passado. Na melhor posição está o Sul, que tinha 4,6% de analfabetos e passou a ter 4,4%.

Dessa forma, os resultados das pesquisas realizadas pela PNAD 2014 evidenciam que o analfabetismo incide mais desfavoravelmente nas áreas rurais, no Nordeste, entre as pessoas de cor preta e parda e entre os mais pobres, revelando as desigualdades históricas da sociedade brasileira.

Outra constatação estatística é a de que cerca de 15% das crianças brasileiras ainda não estão alfabetizadas aos 8 anos de idade, e em alguns estados das regiões Norte e Nordeste essa parcela supera os 30%. O recente Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic)<sup>2</sup>, que estabelece políticas públicas para garantir a alfabetização das crianças até os 8 anos de idade, busca sanar esse problema, evitando que se formem novos contingentes de analfabetos, apesar de escolarizados, combatendo na fonte esse entrave para o desenvolvimento do Brasil (CDES, 2014, p. 35).

#### 4. Considerações finais

Observa-se que os dados estatísticos trazidos para esta análise, oriundos de pesquisas de reconhecimento nacional, evidenciam que as taxas de analfabetismo vêm caindo em todos os grupos observados, mas a queda ainda é modesta diante do problema: uma população que não teve acesso adequado às políticas educacionais no passado e que permanece hoje sem acesso a ela, em modalidades como a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Diante disso é fundamental que se retome sempre o tema do analfabetismo como a maior das iniquidades e determinante de muitas formas de exclusão na atualidade.

O já referido Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) considera que, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, aos 8 anos, as crianças brasileiras deveriam estar alfabetizadas; porém, a análise estatística evidencia que isso ainda não ocorre. Disparidades na idade/série, pouco acesso aos produtos culturais para a infância e o crescimento em ambiente de escassos estímulos para a linguagem escrita contribuem para o analfabetismo das crianças.

No caso de adultos analfabetos, outras razões são acrescidas, principalmente a falta de oportunidade para permanência

2. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. As ações do Pacto apoiam-se em quatro eixos de atuação: (1) formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; (2) materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; (3) avaliações sistemáticas e (4) gestão, mobilização e controle social. Informação disponível online em: <http://goo.gl/uBeSzv> (acesso em 10.jun.2016).



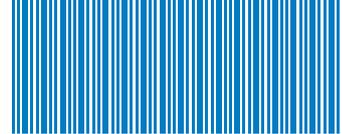
na escola, pela necessidade de trabalhar desde muito cedo, e o desinteresse gerado, muitas vezes, pelas dificuldades de aprendizagem que levam a sucessivas reprovações e à evasão escolar.

No sentido da aprendizagem da língua escrita, a diferença entre os sujeitos que vivem em espaços sociais excluídos do acesso à língua escrita, os analfabetos, e outros que se socializam em espaços plenos de leituras e escritas, os alfabetizados, não se explica, via de regra, por alguma incapacidade cognitiva ou por qualquer outro motivo, mas sim em função das oportunidades socioculturais diferenciadas vividas por esse cidadão.

Assim, ações para combater o analfabetismo devem ser oriundas de políticas governamentais que garantam, primeiro, a rápida identificação de quem são os sujeitos que foram privados desse aprendizado, para, depois, agilizar a ampliação de acesso e garantia de permanência no ambiente escolar, por meio de métodos de ensino que se dirijam às camadas socialmente excluídas, aumentando a oferta de vagas na Educação de Jovens e Adultos, investindo na formação de professores e em materiais didáticos específicos para essa modalidade, que respeitem a trajetória e os interesses do adulto trabalhador.

Atitudes voluntárias e práticas solidárias de acolhimento e compreensão do outro, o analfabeto, também são algumas alternativas que se pode vislumbrar para contornar o problema do analfabetismo no Brasil e minimizar seus efeitos no contexto de uma sociedade ainda tão desigual.

É nesse sentido que garantir o acesso a uma educação emancipatória, na qual a leitura e a escrita são instrumentos de acesso ao mundo, possibilitando ao sujeito modificar a sua realidade e a de seu contexto social, deve ser a mais ampla de todas as ações de superação do analfabetismo.



## REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. Conclusões: as políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades. In: ARRETCHE, Marta (Org). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *As Desigualdades na Escolarização no Brasil*. Relatório de Observação nº 5. Brasília, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/sBTMP2>. Acesso em: 24.jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em <http://goo.gl/FMo13U>. Acesso em: 24.jun.2015.

HADDAD, Sergio. Educação e Desenvolvimento. *Revista Política Social e Desenvolvimento*. Nº 2 Ano 1. p. 8.11, 2013.

\_\_\_\_\_. Educação e Desenvolvimento. *Le Monde Diplomatique Brasil*. p. 34. Agosto, 2014.

MOLL, Jaqueline. *Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

Recebido em: 3/03/2016

Revisto em: 12/05/2016

Aceito em: 29/04/2016

